



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com Ênfase na EJA

Cleide Ferreira Lima
Luciano Matos de Souza

O papel da Orientação Educacional em EJA diante do mundo do
trabalho

Brasília, DF

Julho/2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com Ênfase na EJA

O papel da Orientação Educacional em EJA diante do mundo do trabalho

Cleide Ferreira Lima
Luciano Matos de Souza

Professora Orientadora - Maria Luíza Pereira Angelim
Tutora Orientadora - Maria do Socorro Silva Linhares

PROJETO DE INTERVENÇÃO

BRASÍLIA, DF Julho/2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com Ênfase na EJA

Cleide Ferreira Lima
Luciano Matos de Souza

O papel da Orientação Educacional em EJA diante do mundo do trabalho

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Educação na
Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA, como parte dos requisitos
necessários para obtenção do grau de Especialista na
Educação de Jovens e Adultos

Mestra Maria Luiza Pereira Angelim
Professora Orientadora

Prof^a Maria do Socorro da Silva Linhares
Tutora Orientadora

Dr^a Catarina Almeida dos Santos
Avaliadora Externa

BRASÍLIA, DF Julho/2010

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus, por nos guiar nos momentos de aflição dando-nos esperança. As nossas famílias que sempre tiveram certeza do nosso sucesso. Ao nosso espaço de trabalho e aos nossos alunos que são motivos desta construção. E por último dedicamos a todos (as) educadores (as) que trabalham em favor de uma educação transformadora e de qualidade para nosso país. Em especial, a Sofia Caraméz por trazer a alegria em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Ao GTPA-Fórum EJA/DF por lutar e conquistar a realização deste curso, e, acreditamos que a partir desta experiência de uma CONSTRUÇÃO COLETIVA, iremos todos juntos em busca do mestrado coletivo.

Aos professores Renato Hilário Reis e Maria Luiza Pereira Angelim, por cobrar o melhor de todos nós, e, também por oferecer conhecimento contribuindo assim, em formação tanto na escola, quanto na vida

Um agradecimento em especial a professora – tutora Maria do Socorro pelo empenho, dedicação, atenção e pelas várias vezes que nos fez acreditar que conseguiríamos atingir o sucesso do curso e, ainda a toda a comunidade escolar, docentes e discentes do Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia – DF.

Por fim, gostaríamos de agradecer ao amigo, companheiro Gilberto Ribeiro do Nascimento por ser tão solícito enriquecendo as discussões nos momentos de caminhada e realização deste curso.

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe ser sujeito de sua própria história. (FREIRE, 2001)

RESUMO

O Projeto Intervenção Local é o início da etapa mais importante deste Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA, pois, é a partir dos conhecimentos oferecidos pelo curso, que iremos de fato aplicá-lo no nosso ambiente escolar e social. O PROEJA é considerado um programa inovador e um avanço nas políticas públicas em EJA como um dos instrumentos que vem contribuir para superar a exclusão escolar. A escola hoje tem que acompanhar os avanços tecnológicos que muito contribui para a permanência dos educandos, já que o mundo do trabalho exige que eles estejam antenados a estes avanços. Na atual conjuntura econômica, é pertinente que se tenha educandos preparados para o mundo do trabalho. O PROEJA, surge nesse quadro respaldado pela legislação brasileira que enfatiza a importância da integração entre educação propedêutica/geral com a educação profissional. Neste sentido, há necessidade de ressignificar, não só o conteúdo (economia solidária, cultura, cooperativismo) como a própria atuação dos profissionais de educação na formação dos educandos de EJA. Ratificando o que sempre é dito sobre EJA Trabalhadores, um tema complexo, mas necessário para superação de problemas nesta área. No Centro de Ensino Médio 03 buscaremos evidenciar o quanto os Orientadores Educacionais no PROEJA podem contribuir na construção do currículo integrado possibilitando aos educandos de EJA a sua inserção no mundo do trabalho, procurando identificar as verdadeiras razões que conduzem o educando a uma sucessão de entradas e saídas da escola sem garantir a conclusão da educação básica e Apoiar a caminhada do educando dentro da escola através do Serviço de Orientação Educacional para promover a sua inserção no mundo do trabalho. A metodologia que será desenvolvida será pesquisa-ação, em conjunto o conselho escolar, os alunos, gestores, professores, orientadores educacionais e as parcerias numa ação construção de contínua e coletiva.

Palavra chave: PROEJA Transarte - Mundo do Trabalho – Economia Solidária – Orientador Educacional

LISTA DE SIGLAS

ANEEs - Alunos com Necessidades Educacionais Especiais
ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ASEFE - Associação de Assistência aos Servidores da Fundação Educacional do Distrito Federal
CDE/DF - Conselho Distrital de Educação/DF
CEB - Conselho de Educação Básica
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEM 03 – Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia
CNE – Conselho Nacional de Educação
CEPAFRE Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia
DF - Distrito Federal
DREC - Diretoria Regional de Ensino de Ceilândia
DREs - SEE/DF - Diretorias Regionais de Ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENEJA - Encontro Nacional da Educação de Jovens e Adultos
ETC - Escola Técnica de Ceilândia
FE/UnB Faculdade de Educação
GDF - Governo do Distrito Federal
GTPA/Fórum EJA/DF - Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IFB - Instituto Federal de Brasília
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO/DF - Lei Orgânica do Distrito Federal
MEC - Ministério de Educação
NAPOE - Núcleo de Apoio Pedagógico e Orientação Educacional
NMP - Núcleo de Monitoramento Pedagógico
OE - Orientador Educacional
OEs - Ceilândia - Orientadores Educacionais de Ceilândia
PBA - Programa Brasil Alfabetizado
PECMP - Plano Especial de Cargos da Carreira Magistério Público do Distrito Federal
PIL – Projeto Intervenção Local
PPP - Projeto Político Pedagógico
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEJA/CAPES /SETEC. - Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens –
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
RA IX - Região Administrativa de Ceilândia
SECAD Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SECT/DF - Secretaria de Ciência e Tecnologia/DF

SEE/DF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SETEC - Secretaria de Educação Profissional de Tecnologia

SGE - Sistema de Gestão Escolar

SINPRO/DF - Sindicato dos Professores do DF

SOE - Serviço de Orientação Educacional

SUBEP - Subsecretaria de Educação Pública/DF

UFGO - Universidade Federal de Goiás

UnB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Foto que mostra toda a aérea do CEM 03, junho de 2010. Página 13

Figura 2: Área verde entre o Bloco A e D, CEM 03 Ceilândia/DF, junho de 2010. Página 18

Figura 3: rampa de acesso ao bloco A, CEM 03 Ceilândia/DF, junho de 2010. Página 19

Figura 4: rampa de acesso aos banheiros, CEM 03 Ceilândia/DF, junho de 2010. Página 19

Figura 5: Apresentação no aniversário do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio da Alvorada, outubro de 2005. Página 27

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número com alunos do 2º segmento (726) e do 3º segmento (1.272). Página 14

Gráfico 2: Número de turmas do 2º segmento (13) e do 3º segmento (15). Página 14

Gráfico 3: Percentual de gênero do 2º segmento com 49% feminino e 51% masculino. Página 15

Gráfico 4: Percentual de gênero do 3º segmento vespertino com 74% feminino e 26% masculino.
Página 16

Gráfico 5: Percentual de gênero do 3º segmento com 55% feminino e 45% masculino. Página 16

Gráfico 6: Percentual de gênero do 2º e 3º segmento com 58% feminino e 42% masculino. Página 17

Gráfico 7: Resultado da para gestão do CEM 03 chapa 1 direção pró-tempore 13%.

chapa 2 – A.C. Chaul/A.P. Passos 84%, votos branco 13% e voto nulo 1%%. Página 22

Gráfico 8: Escolas de EJA/Ceilândia com Orientadores Educacionais. Página 40

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Alunos com Necessidade Especiais do 2º segmento. Página 15

Tabela 2 – Alunos com Necessidade Especiais do 3º segmento Página 15

Tabela 3 – Com o total e percentual de gênero de alunos 2º segmento vespertino. Página 15

Tabela 4 – Com o total e percentual de gênero de alunos do 3º segmento vespertino. Página 16

Tabela 5 – Com o total e percentual de gênero de alunos do 3º segmentto noturno. Página 16

Tabela 6 – Com o total e percentual de gênero de alunos total de alunos do 2º e 3º segmento. Pág.17

Tabela 7 – Com o total e percentual do resultado da eleição do CEM 03. Página 22

SUMÁRIO

1. Dados de identificação do proponente	12
2. Dados de identificação do Projeto de Intervenção	12
2.1. Título	12
2.2. Área de abrangência	12
2.3. Instituição	13
2.4. Público ao qual se destina	14
2.5. Período de execução	17
3. Ambiente institucional	17
3.1 Conselho Escolar	20
3.2 Direção	21
3.3 Caixa Escolar	22
3.4 Grêmio Estudantil	23
3.5 Coordenação Pedagógica	23
3.6 Serviço de Orientação Educacional	24
3.7 Programa Especializado para ANEEs	26
3.8 Projeto Político Pedagógico	27
3.9 Movimento Sindical, Político e Classista	28
3.10 Trabalhadores Terceirizados	29
4. Justificativa e caracterização do problema	30
5. Objetivos	41
5.1. Objetivo Geral	41
5.2. Objetivos Específicos	42
6. Atividades	42
7. Cronograma	43
8. Parceiros	43
9. Orçamento	44
10. Acompanhamento e Avaliação	44
11 Referências Bibliográficas	44
11. Anexos	46

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1. – NOME:

Cleide Ferreira Lima

Luciano Matos Souza

1.2 – TURMA:

Turma - C

1.3 – INFORMAÇÕES PARA CONTATO:

61 8418-0490

cleideflima@gmail.com

61 9215-7221

lucmatsoul@gmail.com

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

2.1- TÍTULO: O papel da Orientação Educacional em EJA diante do mundo do trabalho.

2.2- ÁREA DE ABRANGÊNCIA:

Este trabalho, em relação à abrangência geográfica, tem como base os alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA matriculados no Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia, os quais, conforme informações colhidas na secretaria da escola e registradas no Sistema de Gestão Escolar - SGE da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF, são oriundos não só de Ceilândia, mas também de Taguatinga, Recanto das Emas, Samambaia e Águas Lindas - GO. Isso acontece pelo fato da escola ser bem centralizada e de fácil acesso aos alunos. Temos vários alunos que buscam o CEM 03 por ser uma escola com um histórico voltado a EJA, ou seja, todos os segmentos da EJA no turno vespertino e o 3º (terceiro) segmento a noite. Conforme figura a seguir. Disponível em: <http://maps.google.com/maps?ll=-15.820116,-48.096478&z=15&t=h&hl=pt-BR> Acesso em 01/06/2010.



Figura 1: Foto que mostra toda a aérea do CEM 03, junho de 2010.

Fonte: Google Earth. Acesso em 01/06/2010.

2.3- INSTITUIÇÃO:

Nome: Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia/Distrito Federal.

Diretor: Antônio Carlos Chaul

Vice: Angélica Passos Pinheiro

Endereço: QNM 13 – Área Especial S/N – Ceilândia/DF CEP: 72.215.130

Telefone: 61 3901 3747

E-mail: cem03@dreceilandia.net

Instância institucional de decisão:

Escola: (X) Conselho Escolar

2.4- PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA:

O Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia - CEM 03 atende hoje 3.101 alunos divididos nos turnos matutino (Ensino Médio e Projeto Veredas), vespertino e noturno (Educação de Jovens e Adultos - EJA), sendo que o PROEJA/Transiarte se destina ao público do 2º e 3º segmentos da EJA. Como já mencionado, os alunos são oriundos de várias cidades do Distrito Federal e entorno. Conforme informações contidas no Projeto Político Pedagógico – PPP de 2010, no qual consta data de sua elaboração. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/?q=node/1833> Acesso em 01/06/2010.

Os alunos da EJA do 2º e 3º segmentos estavam matriculados conforme números da tabela a seguir:

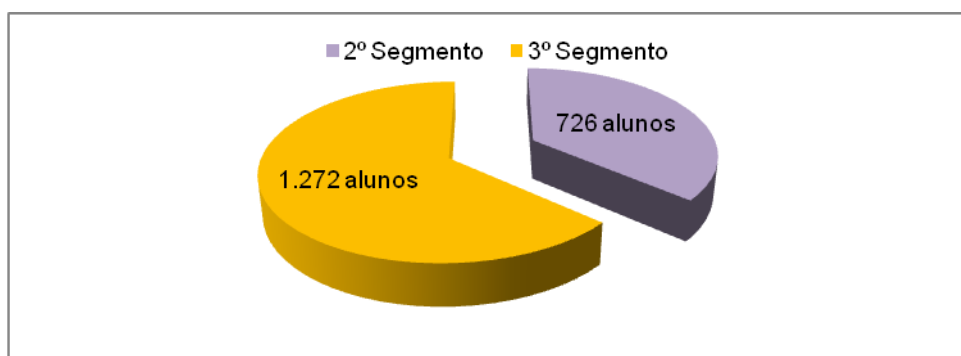


Gráfico 1: Número com alunos do 2º segmento (726) e do 3º segmento (1.272)
Fonte: Sistema de Gestão Escolar - SGE do CEM 03 - SEE/DF. 08/04/10. (anexo 1)

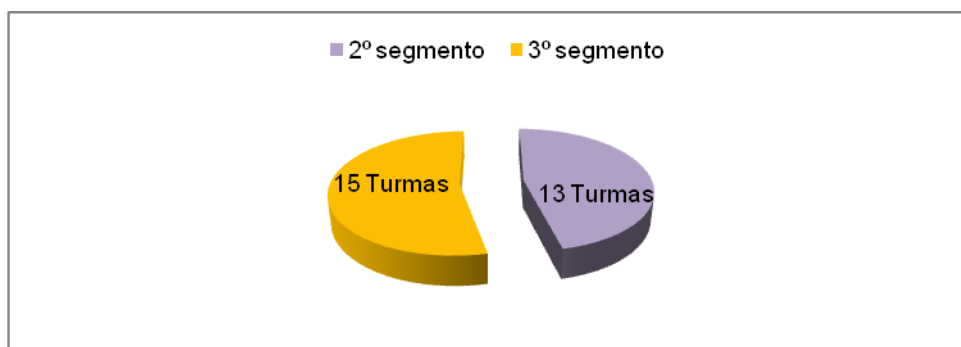


Gráfico 2: Número de turmas do 2º segmento (13) e do 3º segmento (15)
Fonte: Sistema de Gestão Escolar - SGE do CEM 03 - SEE/DF. 08/04/10. (anexo 1)

No CEM 03 temos Alunos como Necessidades Educacionais Especiais - ANEEs matriculados no 2º segmento e 3º segmento temos alunos com Necessidade conforme a tabelas a seguir:

Tabela 1 – Alunos com Necessidade Especiais.

2º segmento				
Deficiência Intelectual - DI	Deficiência Física - DF	Deficiência Visual- DV	Deficiência Múltipla - DMU	TOTAL
10	01	01	04	16 ALUNOS

Fonte: Relação das professoras do Programa Especializado para os ANEEs – SALA DE RECURSOS, 01/06/10. (anexo 2)

Tabela 2 – Alunos com Necessidade Especiais.

3º segmento						
Deficiência Intelectual - DI	Deficiências Múltiplas	Deficiência Física – DF	Deficiência Visual-DV	Altas Habilidades	Deficiência Auditiva	TOTAL
01	01	02	01	01	01	07 ALUNOS

Fonte: Relação das professoras do Programa Especializado para os ANEEs – SALA DE RECURSOS, 01/06/10. (anexo 2)

Os alunos que participarão do projeto PROEJA/Transarte pertencem ao segundo e terceiro segmento da EJA conforme tabelas e gráficos a seguir:

Tabela 3 – Com o total e percentual de gênero de alunos

2º Segmento EJA – Vespertino	
Feminino	Masculino
338	358
49%	51%

Fonte: Sistema de Gestão Escolar - SGE do CEM 03 - SEE/DF. 02/06/10. (anexo 3)

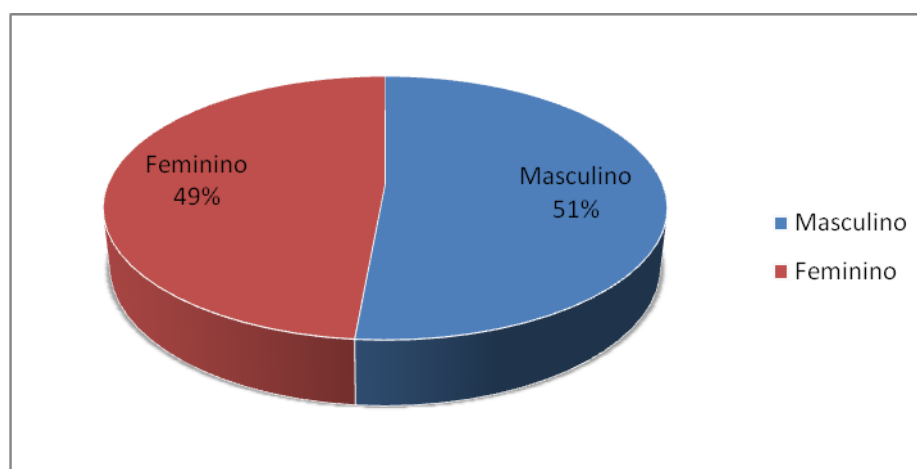


Gráfico 3: Percentual de gênero do 2º segmento com 49% feminino e 51% masculino.
Fonte: Sistema de Gestão Escolar - SGE do CEM 03 - SEE/DF. 02/06/10. (anexo 3)

Tabela 4 – Com o total e percentual de gênero de alunos

3º Segmento EJA – Vespertino	
Feminino	Masculino
350	122
74%	26%

Fonte: Sistema de Gestão Escolar - SGE do CEM 03 - SEE/DF. 02/06/10. (anexo 3)

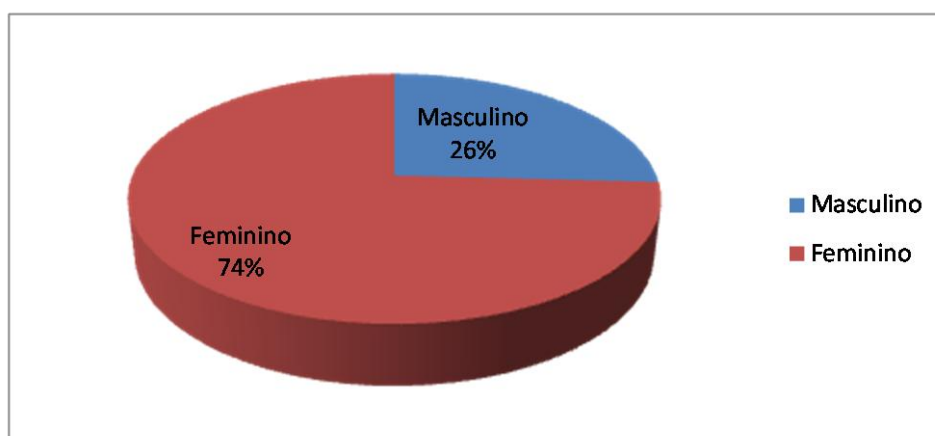


Gráfico 4: Percentual de gênero do 3º segmento vespertino com 74% feminino e 26% masculino.
Fonte: Sistema de Gestão Escolar - SGE do CEM 03 - SEE/DF. 02/06/10. (anexo 3)

Tabela 5 – Com o total e percentual de gênero de alunos

3º Segmento EJA – Noturno	
Feminino	Masculino
407	307
57%	43%

Fonte: Sistema de Gestão Escolar - SGE do CEM 03 - SEE/DF. 02/06/10. (anexo 3)

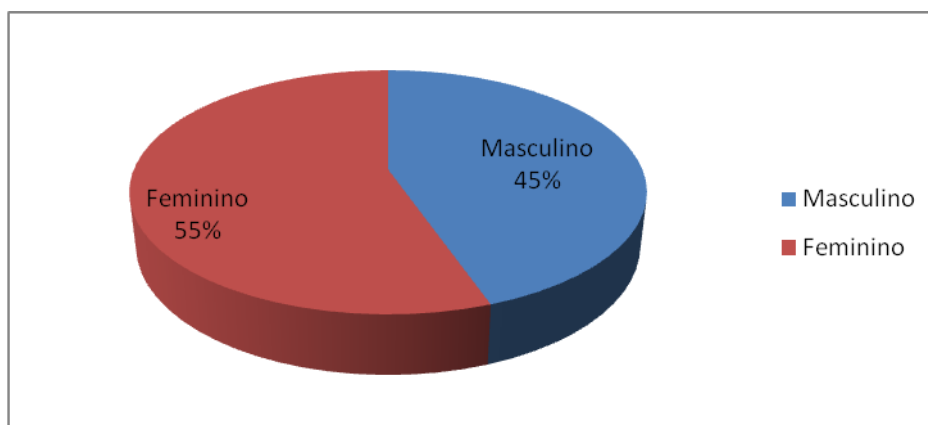


Gráfico 5: Percentual de gênero do 3º segmento com 55% feminino e 45% masculino.
Fonte: Sistema de Gestão Escolar - SGE do CEM 03 - SEE/DF. 02/06/10. (anexo 3)

Tabela 6 – Com o total e percentual de gênero de alunos

TOTAL - 2º e 3º Segmento EJA	
Feminino	Masculino
786	1.068
58%	42%

Fonte: Sistema de Gestão Escolar - SGE do CEM 03 - SEE/DF. 02/06/10. (anexo 3)

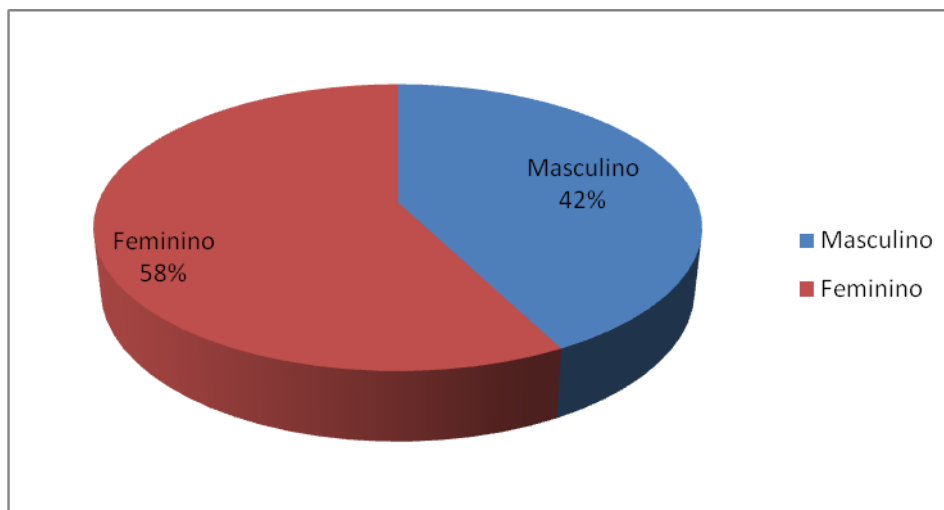


Gráfico 6: Percentual de gênero do 2º e 3º segmento com 58% feminino e 42% masculino.
Fonte: Sistema de Gestão Escolar - SGE do CEM 03 - SEE/DF. 02/06/10. (anexo 3)

2.5- PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Início: início do 2º semestre do ano letivo de 2010.

Término: Ação Contínua.

3. AMBIENTE INSTITUCIONAL:

O Centro de Ensino Médio 03-CEM 03 de foi inaugurado em 12 de novembro de 1971, tendo suas atividades iniciadas nesta mesma data, com o nome Centro de Ensino de 1º Grau.

Atendia a alunos da 5ª a 8ª séries oriundos principalmente das Escolas Classe, localizadas na Ceilândia Sul, fundadas na mesma época. Assim, os alunos cursavam o Jardim de Infância até a 4ª série primária e em seguida eram encaminhados a estes Centros de Ensino para cursarem de 5ª a 8ª séries, encerrando assim a época o 1º grau.

Como se tratava de um público alvo com idade a partir de 11 anos, a escola foi criada num espaço bem amplo onde se podia, entre outras coisas, aproveitar muito a prática desportiva, com quadras cobertas/descobertas, pista de atletismo, banco de areia para saltos à distância, entre outros.

Espaços abertos internos com canteiros e viveiro entre blocos de salas, salas de aula especiais equipadas com bancadas e pias, conferem a esta escola a característica de ser grande para os que estavam saindo das Escolas Classe e com uma bela área verde privilegiada.



Figura 2: Área verde entre o Bloco A e D, CEM 03 Ceilândia/DF, junho de 2010.

Em 11 de fevereiro de 1977, a Resolução nº 95 – CD transformou a escola em Centro Interescolar nº 01 de Ceilândia, que foi posteriormente vinculado ao Complexo Escolar B de Ceilândia, que era mais conhecido popularmente como “Centro 01”, e, foi posteriormente vinculado ao Complexo Escolar B de Ceilândia. A partir daquele ano a modalidade de ensino foi ampliada e atingiu o 2º grau. Em 17 de outubro do mesmo ano recebeu a denominação de Centro Educacional 03 de Ceilândia. Em 2000, o nome foi novamente alterado para Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia, quando a escola passou a ser especializada em Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, que permanece até hoje.

A estrutura física da escola foi adaptada para atender aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais - ANEEs, de acordo com as normas da própria Secretaria de Educação do Distrito Federal, com a construção de rampas de acesso aos corredores, piso rebaixado nas entradas das salas de aula, mobiliário diferenciado para atender alunos que necessitam de mesa individual adquiridas junto a Diretoria Regional de Ensino de Ceilândia - DREC, banheiros com rampas de acesso e barras de apoio interno, quadros brancos a pincel, quadro a giz nas salas de aula e corredores amplos, facilitando assim a locomoção dos alunos ANEEs.



Figura 3: rampa de acesso ao bloco A, CEM 03 Ceilândia/DF, junho de 2010.

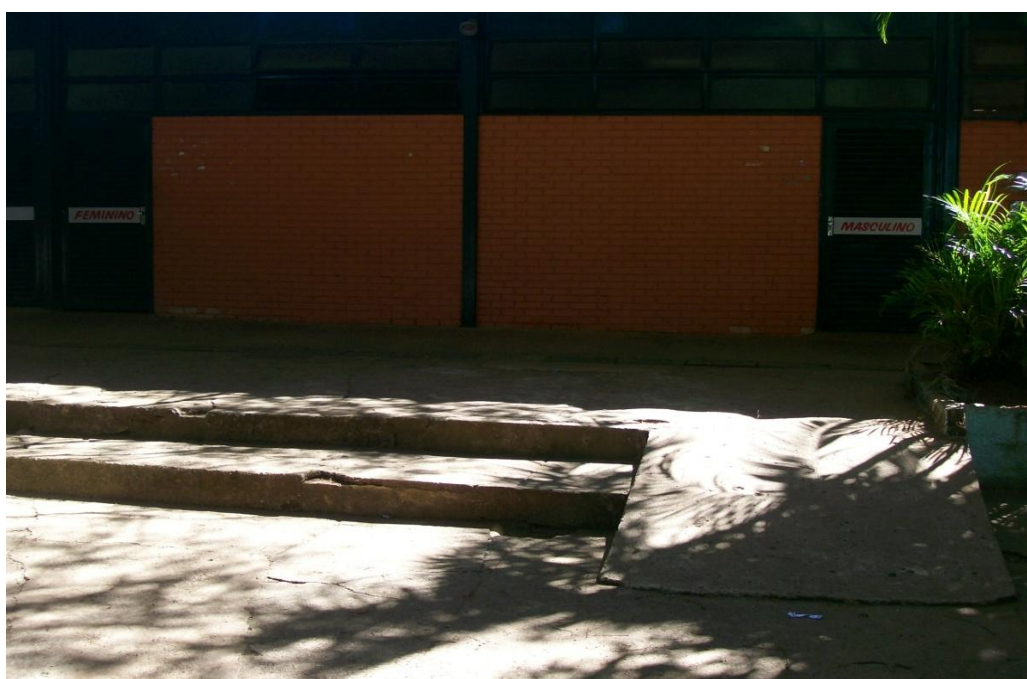


Figura 4: rampa de acesso aos banheiros, CEM 03 Ceilândia/DF, junho de 2010.

3.1. CONSELHO ESCOLAR:

O Conselho Escolar segue as normas de acordo com o inciso XIV do Artigo 81, do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Decreto nº 29.207, de 26 de junho de 2008.

O Conselho Escolar é a entidade de natureza consultiva, deliberativa, mobilizadora e supervisora das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras, constituída por representantes dos diferentes segmentos que integram a comunidade escolar.

Seu objetivo é cumprir com as funções determinadas na Lei, atuando de forma deliberativa, consultiva e imparcial nas decisões propostas ao Conselho Escolar em todas as Unidades de Ensino, assegurando a todos os segmentos a forma democrática de agir. Portanto, o Conselho Escolar é a instância máxima de decisão na escola.

Na prática, não é tão simples assim, pois, cada segmento deveria fazer as discussões necessárias, antes e depois de cada assembléia, com o objetivo de sugerir e encaminhar os assuntos de reais interesses de toda a comunidade dentro e fora da escola, e, não somente referendar o que é proposto pela direção. Apesar de ouvirmos gestores falarem que o Conselho Escolar tem autonomia, na prática não é bem assim. No entanto, o Conselho Escolar do CEM 03, tem procurado cumprir a sua função objetivando o melhor para toda a comunidade dentro e fora da escola. O artigo 2º do Decreto 29.207/08, estabelece que a composição do Conselho Escolar seja de um membro nato (Diretor da escola) e de, no máximo, 15 representantes eleitos dos segmentos da comunidade escolar, para mandato de dois anos. No momento há vacâncias nos segmentos pais ou responsáveis e alunos/as. Na última reunião do Conselho Escolar, foi discutido e decidiu-se que, ao iniciar as aulas do segundo semestre de 2010, será feito a divulgação e eleição dos segmentos que estão com vacância. Os participantes são:

- Até três representantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, ocupantes do cargo de Professor, em exercício na instituição educacional há pelo menos um ano;
- Um representante da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, ocupante do cargo de Especialista de Educação, em exercício na instituição educacional há pelo menos um ano;
- Até dois representantes da Carreira Assistência à Educação, em exercício na instituição educacional há pelo menos um ano;
- Até três representantes dos discentes da instituição educacional, com idade igual ou superior a dezesseis anos, sendo, preferencialmente, um de cada turno;

Até seis representantes dos pais ou responsáveis legais de alunos da instituição educacional.

3.2. DIREÇÃO:

A gestão democrática, foi regulamentada pelo decreto Nº 18.556 de 28 de agosto de 1997, onde a escolha dos Diretores, Vice-diretores e membros do Conselho Escolar da Unidades de Ensino mantidas pela antiga Fundação Educacional do Distrito Federal.

Com relação ao importante aspecto, referenciado no decorrer dos módulos do curso, chamado de gestão democrática, nos seus quase 40 anos de história, o Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia nem sempre esteve submetido a este modelo de gestão/direção.

A gestão democrática foi um fruto da redemocratização da sociedade brasileira a partir do ano de 1985. Como o DF não elegia representantes políticos nas esferas, distrital e federal, as eleições para as direções de escolas assumiram um caráter especial junto da sociedade local, tornando-se um símbolo da expressão democrática no DF.

No entanto, somente com o Governo Democrático e Popular, a partir do ano de 1996, é que a gestão democrática encontrou campo fértil e estável para produzir seus melhores frutos, como a iniciação da construção de práticas multidisciplinares de trabalho pedagógico associadas à formação continuada de professores.

Fora do Governo Democrático e Popular, na esfera distrital e federal, a experiência mostra que a liberdade de tomada de decisão/ação por parte da comunidade escolar nas gestões escolares são negadas ou cooptadas, em detrimento dos interesses de grupos políticos no poder.

A representatividade e a participação da comunidade escolar é negada quando as direções são simplesmente indicadas e, cooptadas quando, de alguma forma se houve a comunidade escolar, até por meio de votação, mas se utiliza de artifícios para intervir nas gestões quando estas contrariam os interesses políticos de quem está no poder.

Em 16/12/07, foram eleitos para a direção do CEM 03, os gestores Waldek Batista Santos (diretor) e Aldemira Rodrigues do Nascimento (vice-diretora) após, implantação da Gestão Compartilhada (Lei 4.036/07) o modelo de gerenciamento das escolas da rede pública do Distrito Federal. Assumiram a escola no início de janeiro de 2008, permanecendo à frente da direção até o dia 16/03/09, quando ocorreu um processo de intervenção, não retornando mais ao cargo de gestores do CEM 03. Naquele momento a escola passava por um processo de intervenção, e estava sendo administrada por uma direção “pró-tempore”, Alessandra Cristina Muniz Aguiar (diretora) e Rejane Alencar Domingos (vice-diretora).

Em 2009, os atuais gestores Antônio Carlos Chaul (diretor) e Angélica Passos Pinheiro (vice-diretora), participaram também do processo da Gestão Compartilhada. Neste sistema, as equipes dirigentes das instituições educacionais, compostas por diretor e vice-

diretor, são escolhidas com base em critérios técnicos e com a participação da comunidade escolar por meio de eleições. Além disso, os candidatos a diretor e vice-diretor passam por uma avaliação composta por prova objetiva e análise de títulos, além de ter de elaborar um plano de trabalho, submetido à aprovação da comunidade escolar, e, referendado pelo Conselho Escolar. Após passar por todas as etapas, Antônio Carlos Chaul e Angélica Passos Pinheiro foram eleitos em uma expressiva votação (84% do total de votantes), conforme tabela e gráfico a seguir:

Tabela 7 – Com o total e percentual do resultado da eleição

Resultado da Eleição para Gestão do CEM 03			
Chapa 1	Chapa 2	Branco	Nulos
72	474	01	14
13%	84%	1%	3%

Fonte: Disponível em: <http://noticiasdarede.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2009/12/Resultado-Elei%C3%A7%C3%A3o-2009-web.pdf> Acesso em 03/06/10 (anexo 4)

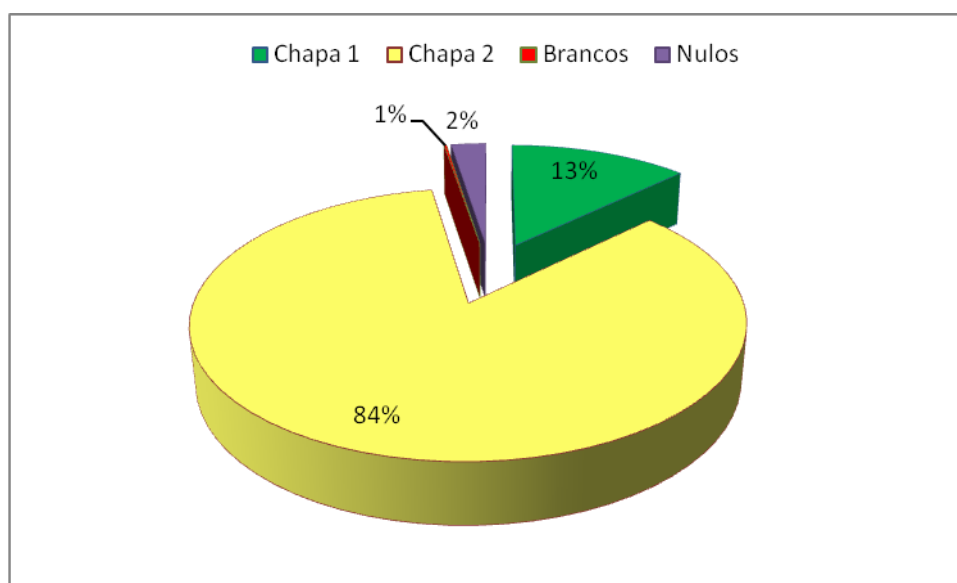


Gráfico 7: Resultado da eleição para gestão do CEM 03 chapa 1 direção pró-tempore 13%, chapa 2 – A.C. Chaul/A.P. Passos 84%, votos branco 13% e voto nulo 1%.

Fonte: Disponível em: <http://noticiasdarede.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2009/12/Resultado-Elei%C3%A7%C3%A3o-2009-web.pdf> Acesso em 03/06/10 (anexo 4)

3.3. CAIXA ESCOLAR:

O Caixa Escolar, entidade legalmente constituída pela comunidade escolar sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos, deve desenvolver suas atividades conforme o Decreto nº. 29.200, de 25 de junho de 2008 da Lei nº. 4.036, de 25 de outubro de 2007, no qual foram estabelecidas normas específicas para a gestão

compartilhada na rede pública de ensino do Distrito Federal, com a finalidade de auxiliar na administração das instituições educacionais e das DREs - Diretorias Regionais de Ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

O Caixa Escolar tem a função de receber todos os recursos repassados pelo Governo Federal, Governo do Distrito Federal e pessoas físicas. É através do Caixa Escolar que são pagas as despesas da escola. Todas as movimentações feitas pelo Caixa Escolar devem ser aprovadas pelo Conselho Escolar que é a instância máxima dentro da escola que tem o poder deliberativo e consultivo. Neste momento há vacância. Os componentes são: um presidente, um vice-presidente, um 1º secretário, um 2º secretário, um 1º tesoureiro, um 2º tesoureiro e três conselheiros fiscais.

3.4. GRÊMIO ESTUDANTIL

O Grêmio Estudantil atua conforme Lei Distrital Nº 1.735, de 27 de outubro 1997, que regulamenta e dispõe sobre a livre organização dos estudantes dos ensinos fundamental e médio no Distrito Federal.

A organização dos alunos no grêmio estudantil do Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia pode ser definida como de caráter intermitente, uma vez que nem sempre a organização estudantil está formalmente constituída. No momento atual ela encontra-se em processo de formalização.

O Grêmio Estudantil não está constituído neste momento, porém, ao iniciar o segundo semestre, será aberto o processo eleitoral para que este segmento represente e participe das ações/decisões relacionadas aos alunos e demais questões do cotidiano da escola, como o Projeto Político Pedagógico - PPP.

3.5. COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

A Coordenação Pedagógica no CEM 03 assim como nas demais escolas da SEE/DF é regulamentada por portaria desta secretaria a cada início de ano letivo. Em geral os coordenadores são eleitos pelos professores, sendo a quantidade de coordenadores definida em função do número de turmas da escola.

A Coordenação Pedagógica segue as orientações registradas na Portaria Nº 04 de 21/01/2010 da Secretaria de Estado de Educação do DF que estabelece atribuições regimentais, objetivando aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas instituições educacionais da Rede Pública de Ensino, dispõe sobre normas para Coordenação Pedagógica na Rede Pública de Ensino e dá outras providências. Na portaria citada acima,

foi mantida a eleição pelos professores e dado o direito a direção de indicar um nome de coordenador. A direção da escola abriu mão da indicação, submetendo todos à eleição pelos professores.

A Coordenação Pedagógica tem por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político-Pedagógico, promovendo ações que contribuem para a implementação das Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação em vigor. Os coordenadores são eleitos pelos Professores/as e Orientadores/as Educacionais. Neste momento, temos três coordenadores para o Ensino Médio, sendo um para cada área de conhecimento. Na EJA, também são três coordenadores, só que um trabalha 20 horas, no turno vespertino. Os outros dois que trabalham 40 horas, exercem a função nos turnos vespertino e noturno.

3.6. SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL - SOE

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 5.564/68 (Brasil, 1968) provê sobre o exercício da profissão de Orientador Educacional. O decreto-lei nº 72.846 (Brasil, 1973), regulamenta a Lei nº 5.564, de 21/12/68, que provê sobre o Exercício da Profissão de Orientador Educacional. Em 08/06/93, é promulgada a Lei Orgânica do Distrito Federal - LDO/DF, ficando definido em seu artigo 228, que é dever do Poder Público garantir o serviço de orientação educacional, exercido por profissionais habilitados, nos níveis de ensino fundamental e médio da rede pública. Na LDB nº 9394/96 o artigo 64 – evidencia apenas a formação do Orientador Educacional que será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação.

O Decreto Nº 20.769 de 03 de novembro de 1999, do Governo do Distrito Federal - GDF, aprovou que:

as normas relativas a obras de construção e de modificação em estabelecimentos de ensino destinados à Educação Infantil ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio do Sistema de Ensino do Distrito federal e dá outras providências.

Art. 5º O projeto arquitetônico conterá o Programa Básico com áreas específicas que atenderá aos seguintes requisitos mínimos:

V – Atividades técnicas pedagógicas: sala para o Serviço de Orientação Educacional - SOE e sala de leitura, para estabelecimentos de ensino que oferecem de 1ª a 8ª séries de ensino fundamental ou de ensino médio e salas especiais ou laboratórios para aqueles que oferecerem de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental ou o ensino médio.

A Lei nº 4.075 de 28 de dezembro de 2007, do GDF.

Dispõe sobre a Carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.

Art. 2º Para efeitos desta Lei considera-se:

VI – Funções de magistério: as atividades desenvolvidas por servidor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal em docência, direção, orientação, supervisão, coordenação educacional e suporte técnico-pedagógico;

Art. 3º A Carreira Magistério Público do Distrito Federal é composta pelos seguintes cargos:

II – Especialista de Educação Básica.

§ 1º Fica estruturado, a partir da data de vigência desta Lei, o Plano Especial de Cargos da Carreira Magistério Público do Distrito Federal – PECMP, composto pelos atuais cargos de provimento efetivo de Professor, Classes A, B e C, e de Especialista de Educação do Magistério Público do Distrito Federal.

Lei nº 4.075 de 28 de dezembro de 2007 do GDF.

Dispõe sobre a Carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.

Art. 2º Para efeitos desta Lei considera-se:

VI – Funções de magistério: as atividades desenvolvidas por servidor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal em docência, direção, orientação, supervisão, coordenação educacional e suporte técnico-pedagógico;

Art. 3º A Carreira Magistério Público do Distrito Federal é composta pelos seguintes cargos:

II – Especialista de Educação Básica.

§ 1º Fica estruturado, a partir da data de vigência desta Lei, o Plano Especial de Cargos da Carreira Magistério Público do Distrito Federal – PECMP, composto pelos atuais cargos de provimento efetivo de Professor, Classes A, B e C, e de Especialista de Educação do Magistério Público do Distrito Federal.

Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, (2009/2013).

A Orientação Educacional integra-se ao trabalho pedagógico da instituição educacional e a comunidade escolar na identificação, prevenção e superação dos conflitos, colaborando para o desenvolvimento do aluno.

Sua ação defende os pressupostos do respeito à pluralidade, à liberdade de expressão, à orientação, à opinião, à democracia da participação e à valorização do aluno como um ser integral.

Neste sentido, o Serviço de Orientação Educacional - SOE tem como objetivo propiciar o desenvolvimento histórico social/global dos alunos, procurando trabalhar as suas potencialidade e dificuldades, no individual ou coletivo, e também com todos os segmentos dentro e fora da escola (alunos, escola e comunidade). Por isso a participação do Orientador

Educacional - OE é de suma importância desde a construção do Projeto Político-Pedagógico - PPP a sua execução. Contribuindo assim, para a formação de um cidadão crítico-participativo, além de promover a integração entre todos os segmentos da escola, como também fortalecendo o elo entre família/escola/aluno, participando do Conselho Escolar, das coordenações coletivas, conselhos de classe, ou seja, participando/intervindo e atuando em todas as ações da escola.

O SOE passou a funcionar no CEM 03 no ano de 2000. Naquele momento, havia um Orientador Educacional - OE, nos turnos matutino/noturno, e uma Orientadora Educacional no turno vespertino permanecendo até o início do ano de 2004, quando a OE, saiu da escola, permanecendo somente um. No segundo semestre de 2009, passou a ter mais um OE, nos turnos matutino e vespertino. Com a saída do OE, que havia chegado ao segundo semestre de 2009, abriu-se carência na modulação da escola.

No início do ano letivo de 2010 chegou ao CEM 03 uma Orientadora Educacional para trabalhar nos turnos matutino e vespertino, conquista esta, muito importante naquele momento por respeitar assim, a questão de gênero. Por causa da demanda da escola, haveria necessidade de mais orientadores educacionais.

3.7. PROGRAMA ESPECIALIZADO PARA ANEEs – SALA DE RECURSOS

O Programa de atendimento especializado de apoio aos ANEEs, é realizado na Sala de Recurso no diurno, aos alunos do noturno o apoio e acompanhamento é feito pelo Serviço de Orientação Educacional – SOE (que atua nos três turnos), oferecendo orientação e acompanhamento a todos os alunos, famílias e professores sempre que solicitado ou, através de uma análise prévia junto à comunidade escolar, onde necessita a intervenção do SOE.

Dentre o público-alvo do PROEJA/Transiarte, temos ANEEs, sendo assim, o CEM-03, trabalha numa perspectiva de Educação Inclusiva. A LDB, em seu Art. 58, estabelece que a Educação Especial seja preferencialmente oferecida na rede regular de ensino, visando à integração da criança e do jovem com necessidades educacionais especiais com os demais alunos do ensino regular.

Ainda na Educação Inclusiva, é importante registrar em nossa escola a Banda Toque Especial, formada por jovens e adultos com Deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas, sob a regência do professor Nefitali Lopes de Moraes Júnior que se apresentaram em 2005 em Brasília, no Palácio do Planalto por ocasião do aniversário do Presidente da República (foto abaixo) e em outras Unidades da Federação. (Reportagem em anexo nº 5).



Figura 5: Apresentação no aniversário do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio da Alvorada, outubro de 2005.

3.8. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político-Pedagógico - PPP, conforme art. 55 do Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do DF, deve ser elaborado anualmente, observadas as normas legais vigentes, o Plano Nacional de Educação, a Resolução do Conselho de Educação do Distrito Federal, as Diretrizes Pedagógicas e as Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação, assumindo o caráter orientador da prática educativa.

O Projeto Político Pedagógico - PPP do CEM 03 de Ceilândia começou a ser construído coletivamente com a sua comunidade escolar a partir, do ano de 2008 através de chamadas públicas para construção, discussão e implantação das ações propostas. Como a sociedade e a comunidade escolar são partes de um processo social e político dinâmico ou em constante evolução/transformação, ele nunca pode ser dito pronto e acabado, mas em constante processo de desenvolvimento ou aperfeiçoamento visando sempre o melhor para a comunidade escolar e local.

A construção/reconstrução do Projeto Político-Pedagógico - PPP, se dá a partir da construção coletiva, devendo respeitar todos os segmentos da escola. Neste ano de 2010, foi reconstruído a nova proposta pedagógica para o CEM 03, no entanto, percebe-se que depois de pronto o PPP, faltam ainda mencionar alguns projetos, como: o PROEJA/Transarte (desde 2007) e o Saúde e Prevenção (desde 2000). Como a escola está passando por um momento de reconstrução, presumisse que na pressa de apresentar à Diretoria Regional de Ensino de Ceilândia, não foram feitas as discussões necessárias, a partir das coordenações gerais e depois aprofundadas nas coordenações por áreas de conhecimento. No entanto, não se constrói uma história desconhecendo o passado, será necessário corrigir na próxima revisão.

Desta forma, linhas gerais são mantidas e eventuais ajustes devem ser discutidos com a comunidade escolar conforme o processo de desenvolvimento social, político, econômico, cultural, histórico e educacional se desenvolve. No Portal dos Fóruns de EJA – DF encontram-se as duas versões do PPP, a primeira implantada no ano 2008 e disponível em: <http://forumeja.org.br/df/?q=node/1832>, e a segunda já com algumas modificações, no ano 2010 e disponível em: <http://forumeja.org.br/df/?q=node/1833>.

3.9. MOVIMENTO SINDICAL, POLÍTICO E CLASSISTA

O papel do Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia no movimento sindical dos professores e demais trabalhadores em educação do Distrito Federal foi e é de grande importância. Em tempos de ditadura militar e de redemocratização, a cidade destacou-se como uma referência para o movimento sindical dos professores no DF e, o CEM 03 de foi a referência deste movimento na cidade e no DF. Por esta escola já trabalharam professores que foram ou tornaram-se dirigentes do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - SINPRO – DF, depois vieram a se tornarem políticos no cenário do Distrito Federal.

Após as eleições diretas para Presidente da República em 1989 e a consolidação da democracia no país até a atualidade, o CEM 03 continuou sendo um reduto importante para o movimento sindical dos professores seja pelo fato de lá terem trabalhado dirigentes do SINPRO – DF, políticos do cenário distrital e partidário, dirigentes da Associação de Assistência aos Servidores da Fundação Educacional do Distrito Federal – ASEFE, um ex-administrador da Região Administrativa de Ceilândia (RA – IX), seja pelo fato da escola ser um espaço social importante para a comunidade ceilandense (pela importância do seu auditório, bastante requisitado, da sua área destinada à prática esportiva e pelos eventos lá realizados).

3.10 TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

Já faz quase uma década que os trabalhadores terceirizados chegaram ao CEM 03 de Ceilândia para substituir os funcionários do quadro permanente de pessoal da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Estes últimos eram efetivamente parte da comunidade escolar, tinham laços profissionais com a escola e, também laços sociopolíticos. Chegavam mesmo a assumir a função de educadores no trato com os alunos e a comunidade escolar.

O modelo neoliberal e privatista que se tornou mais arraigado a partir da década de 1990, ajudou a tornar insatisfatório o resultado do trabalho destes profissionais, uma vez que dificilmente havia renovação através de novos concursos públicos, logo o quadro de pessoal envelhece, tem problemas de saúde, queda de produtividade, se aposenta e os que ficam na ativa não dão conta de manter a eficiência do serviço prestado.

Como resposta para resolver o problema da falta de mão de obra para o trabalho dos serviços gerais (limpeza e arrumação), o modelo neoliberal apresenta a terceirização como solução, sem que seja feita uma discussão no âmbito da comunidade escolar para se avaliar quais os reais custos deste tipo de atividade, suas conseqüências para a classe trabalhadora e para o próprio processo de ensino e aprendizagem e seus desdobramentos sociais, políticos e educacionais.

Os trabalhadores terceirizados estão sujeitos a uma rotatividade em seus locais de trabalho que não existia da mesma forma com os do quadro permanente da Secretaria de Educação, logo não criam laços duradouros com o ambiente em que trabalham, são funcionários de uma empresa e não da escola. Também não se fazem representar no Conselho Escolar e não integram, a não ser de forma ocasional e sem representação ou força política, a comunidade escolar.

Pela importância da educação pública para a sociedade, melhor seria investir em boas condições de trabalho e realização de concursos públicos para contratação de pessoal capacitado para o trabalho nas escolas, tendo em vista inclusive a implicação destes profissionais como educadores no processo de ensino e aprendizagem (imagine que um porteiro(a) ou um(a) auxiliar de limpeza é capaz de conversar com um ou mais alunos e mostrar autoridade moral, pelos laços profissionais, históricos e afetivos que mantêm com a escola, para orientá-los quanto ao porquê de não saírem, tentarem fugir ou mesmo perambular pelos corredores da escola em seu horário de aula ou naquele horário em que vão fazer um trabalho em grupo ou de pesquisa na biblioteca ou dependências da escola. Da mesma forma, um(a) merendeiro(a) é capaz de orientar um aluno sobre o porquê não deve comer tal ou qual alimento em excesso ou porque a dieta do lanche da escola é feita

de tal ou qual cardápio, assim como pode interagir com as atividades multidisciplinares em uma feira cultural ou de ciências).

Um último aspecto dos trabalhadores terceirizados que merece destaque é o dos vigias. Conforme dito anteriormente, estes trabalhadores terceirizados são funcionários de uma empresa e não da escola, logo não possuem laços sólidos com a comunidade escolar pelos mesmos motivos também citados anteriormente.

A segurança é uma obrigação do poder público e depende de uma política pública específica, está ligada a bons indicadores socioeconômicos e políticos, a uma educação de qualidade, tanto em seu aspecto propedêutico quanto profissional, a uma saúde de qualidade e a uma melhor distribuição de renda. Esta política pública deve ser articulada com as outras políticas de desenvolvimento social envolvendo um trabalho coletivo com benefício para todo o conjunto da sociedade. Além de tudo isso é necessário que todo este trabalho seja feito visando uma construção de bons valores morais e filosóficos. Com uma boa aparelhagem e com uma boa estrutura de recursos humanos os vigias da própria Secretaria de Educação do DF também podem fazer um trabalho de qualidade.

4 – JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA:

O Brasil é atualmente um país que cada vez mais desponta no cenário mundial dentro das perspectivas sócio-político-econômicas. Diante desses avanços, em curto espaço de tempo o país poderá se tornar a quinta economia mundial. Para dar conta dessa previsão é imprescindível melhorar os índices sócio-econômicos da população, assim como, resolver muitos entraves que ainda se fazem presente no cotidiano da nossa sociedade. Tais entraves convergem para a definição de um perfil social desigual, pois nos coloca como um dos países que apresenta uma das piores distribuições de renda.

A educação, indiscutivelmente, tem um grande papel para reversão dessas desigualdades. Muito tem sido feito nos últimos anos pelo governo federal por meio de políticas públicas no sentido de corrigir estes problemas sociais, porém há muito por fazer.

O país, no período pós-LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96, 20/12/1996), apresentou também avanços significativos em alguns indicadores educacionais, entretanto, chega ao século XXI ainda com importantes déficits a serem superados. Em 2006, apesar do índice de analfabetismo ter baixado 3, 8% pontos percentuais em relação a 1996, o IBGE registrou a cifra de 14,4 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais no país. (SECAD/MEC, 2008, p. 4).

Diante desses números, faz-se necessário que se tenha uma resposta eficaz perante aos problemas que envolvem questões da Educação de Jovens e Adultos, no sentido de reduzir esses índices a patamares aceitáveis pelas organizações mundiais, pois o nosso país tem apresentado elevadas taxas de analfabetismo.

Uma das questões que permeia esta realidade são os elevados índices de exclusão escolar. Será que a escola esta preparada para receber educandos jovens e adultos? Pessoas que por inúmeros motivos foram excluídas da educação básica, e não tem esse direito garantido pela falta de Políticas Públicas, mesmo sendo assegurado pela Constituição Federal/88.

Muitas pessoas, de diferentes localidades, têm em suas histórias de vida a exclusão escolar, gerando outras formas de exclusão. Isso geralmente é resultado de um conjunto de fatores, mas o que fica latente é a atribuição dada a esses indivíduos, remetendo a eles a responsabilidade pelo abandono da escola. Ao fazermos uma análise mais aprofundada, é possível verificar que a realidade e a luta pela sobrevivência, transformaram essas pessoas em vítimas de um sistema político e social que há muito tempo exclui, o sistema educacional ao invés de contribuir para a superação dessa realidade só ratifica este fato.

Apesar da situação de exclusão escolar que uma boa parcela da sociedade sofre, os rumos desta realidade estão mudando. Atualmente, estão sendo criados mecanismos como: projetos, programas e políticas públicas no sentido de superar a exclusão escolar na Educação de Jovens e Adultos e no desafio de enfrentar o analfabetismo nas diversas cidades brasileiras, projetos como: Brasil Alfabetizado – PBA, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, no sentido de reafirmar a integração da educação básica com a profissional e o Projeto Educando para a Liberdade desenvolvida entre 2005 e 2006 que promoveu uma aproximação inédita entre o MEC e o Ministério da Justiça, com apoio da UNESCO. Tal parceria teve como objetivo, afirmar o direito à educação e melhorar as condições de sua oferta nos presídios brasileiros.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, torna obrigatória a oferta da EJA nas escolas técnicas, e busca incentivar na rede municipal, estadual e distrital a ofertar essa modalidade, além de promover formação de educadores e pesquisas sobre a temática. Diante desse contexto, o PROEJA é um programa que nasce com necessidade de se transformar em Política Pública devido a sua abrangência:

O PROEJA tem seus alicerces na convergência de três campos da Educação que consideram: a formação para atuação no mundo do trabalho (EPT); o modo próprio de fazer a educação, considerando as especificidades dos sujeitos jovens e adultos (EJA); e a formação para o exercício da cidadania (Educação Básica). Na busca da integração

proposta pelo PROEJA entre o ensino fundamental e a formação inicial para o trabalho, faz-se necessário o conhecimento das especificidades desses campos, incorporando-os na construção do currículo integrado. (SETEC/MEC, 2009, p. 27).

Nesse sentido, o PROEJA é considerado um programa inovador e um avanço nas políticas públicas em EJA como um dos instrumentos que vem contribuir para superar a exclusão escolar. A escola hoje tem que acompanhar os avanços tecnológicos que muito contribui para a permanência dos educandos, já que o mundo do trabalho exige que eles estejam antenados a estes avanços.

Na atual conjuntura econômica, é pertinente que se tenha educandos preparados para o mundo do trabalho. O PROEJA, surge nesse quadro respaldado pela legislação brasileira que enfatiza a importância da integração entre educação propedêutica/geral com a educação profissional. Diante desse contexto foram criados mecanismos legais que possibilite contribuir para superação da exclusão escolar desses jovens e adultos conforme legislação/regulamentação, apresentada no Marco Legal da educação profissional da LDB 9.394/96, 20/12/1996, no CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Marco Legal da educação profissional Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores;

II - educação profissional técnica de nível médio; e

III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Art. 3º Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

§ 1º Para fins do disposto no caput considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

§ 2º Os cursos mencionados no caput articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho.

DECRETO Nº 5.840 DE 13 DE JULHO DE 2006.

Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

§ 1º O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e

II - educação profissional técnica de nível médio

§ 2º Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados:

I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do art. 3o, § 2o, do Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004; e

II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos do art. 4o, § 1o, incisos I e II, do Decreto no 5.154, de 2004.

§ 3º O PROEJA poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical ("Sistema S"), sem prejuízo do disposto no § 4o deste artigo.

Em 2007, em Ceilândia, atuavam na EJA apenas 03 Orientadores Educacionais.

Em 07/04/07, o Orientador Educacional do CEM 03 por ser membro do GTPA-Fórum EJA/DF¹, tomou conhecimento do PROEJA pela primeira vez na 2ª Reunião Ampliada do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização - Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal - GTPA-Fórum EJA/DF onde foram eleitos representantes para participarem do

¹ GTPA-Fórum EJA/DF – espaço aberto e democrático, compõe-se de diferentes segmentos da sociedade - Movimento Popular, Sindicatos e outras organizações representativas, Educandos, Educadores, Universidades, Governo, Sistema S, ONG's, Ministério Público, Setor Privado e Poder Legislativo cuja intensidade de participação varia em função da correlação de forças políticas conjunturais, registrando-se permanência contínua do movimento popular e da universidade pública, ao longo destes dezenove anos. Com uma metodologia de construção coletiva dialógica e reflexiva tem trabalhado e desenvolvido sua função social voltada para a luta por uma EJA em que todos tenham acesso a uma educação de qualidade freireana libertadora como expressa a nossa logomarca – a mão na postura da escrita com um lápis finalizado com uma pomba. Disponível em www.forumeja.org.br/df Acesso em 01/06/2010.

Seminário de Planejamento do PROEJA, promovido pela SETEC/MEC, de 11 a 13 de abril de 2007, em Brasília-DF.

Nos dias 11 a 13/04/07, representantes do GTPA-Fórum EJA/DF participaram do referido Seminário de Planejamento do PROEJA, em Brasília-DF, dentre eles um professor do CEM 03, conforme consta do relatório-síntese do GTPA-Fórum EJA/DF enviado para o IX Encontro Nacional da Educação de Jovens e Adultos-ENEJA, realizado em Curitiba e no centro de formação em Pinhão do Céu município de Pinhão/PR, nos dias 18 a 22/09/07.

Em 03/05/07, a coordenação do GTPA-Fórum EJA/DF foi recebida em audiência com o Subsecretário de Educação Pública da SEE/DF apresentando os objetivos e histórico, ao tempo em que justificou a importância da participação da SEE/DF na própria coordenação e nos eventos do ano: 2º. Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos, em Goiânia-GO; audiência pública do CNE/CEB e IX ENEJA, além do Projeto de Pesquisa CAPES/PROEJA/SETEC².

Em 02/08/07, realizou-se a primeira reunião sobre o Projeto de Pesquisa-ação da CAPES/PROEJA da equipe de professores(5)³ e mestrandos(2)⁴ da Faculdade de Educação da UnB na Escola Técnica de Ceilândia-ETC com a participação do Departamento de Educação Tecnológica da SUBEP/SEE/DF e com professor(1) e gestor(1) do Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia.

Em 15/08/07, na coordenação pedagógica dos professores do CEM 03 com a participação de representante do Conselho Escolar, o OE, juntamente com a direção do CEM 03, apresentou a proposta e os objetivos do PROEJA/Transiarte:

O PROEJA/Transiarte, visa despertar a identidade cultural na produção artística virtual de jovens/adultos através da criação artística coletiva e individual. Para tanto, a partir das ferramentas da WEB, permite ao jovem/adulto agir diretamente na transformação do mundo presencial e virtual em que está inserido. É dessa maneira que o jovem/adulto, ao mesmo tempo em que adquire conhecimento, desenvolve habilidades no uso de softwares apropriados para o trabalho em projetos audiovisuais voltados para o ambiente Web. Concebida como uma arte de transição (da arte presencial à virtual), a arte virtual também não é vista de maneira oposta à arte presencial, mas harmoniosa, oferecendo um novo ângulo e uma nova reconfiguração. (ANPED-Centro Oeste, 2008, p. 6).

Após a apresentação surgiram algumas inquietações: “Este projeto é mais um daqueles em que nós serviremos de laboratório para os professores e mestrandos da UnB?”

² Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens – PROEJA/CAPES/SETEC.

³ Prof. Dr. Lúcio França Teles, Profª. Ms. Maria Luiza P. Angelim, Prof. Dr. Remi Castioni, Prof. Dr. Renato Hilário dos Reis e Profª. Drª. Rita Carolina V. Bruzzi.

⁴ Adriana Fritz, Pedro Luiz da Silva Filho.

De fato já tínhamos presenciado algumas experiências em que não houve retorno do trabalho desenvolvido por alguns pesquisadores.

Em seguida o OE, pediu a fala e disse: “em parte o argumento da professor/a é pertinente, mas, como tinha participado das discussões anteriores até aquele momento e, por fazer parte do GTPA-FORUM EJA/DF, argumentou que as pessoas que faziam parte da proposta do projeto, tinham um compromisso sério com a educação, principalmente com a EJA, com o CEM 03 (contribuindo com palestras), e com a cidade de Ceilândia” com a tese de mestrado (Título: Educar é descobrir - um estudo observacional exploratório, Ano de obtenção:, Angelim, Maria Luiza P⁵. e o vídeo - Educar é descobrir com a direção COUTINHO, L.M.⁶ e). E que o projeto seria a princípio de 04 (quatro) anos, com a metodologia da Pesquisa-Ação onde teria início e não fim. Aconteceu um breve silêncio: “parece ser interessante, pelo visto a escola tem muito a ganhar. Quando os professores da UnB virão a nossa escola para nos esclarecer mais sobre esse tal de PROEJA/Transarte-Pesquisa-Ação?”

A ação de construção contínua e coletiva remete ao pensamento de Barbier sobre a Pesquisa-Ação:

A pesquisa-ação obriga o pesquisador de *implicar-se*. Ele percebe como está *implicado* pela estrutura social na qual ele está inserido e pelo jogo de desejos e de interesses de outros. Ele também *implica* os outros por meio do seu olhar e de sua ação singular no mundo. Ele compreende, então, que as ciências humanas são, essencialmente, ciências de interações entre sujeitos e objeto de pesquisa. O pesquisador realiza que sua própria vida social e afetiva está presente na sua pesquisa sociológica e que o imprevisto está no coração da sua prática. (...) A pesquisa-ação é a metodologia específica de uma teoria mais abrangente que eu nomeio como *Abordagem transversal, a escuta sensível em ciências humanas*. (Barbier, 2007, p.14).

Em 23/08/07, após a adesão ao projeto dos professores, gestores do CEM 03 e ETC, foi a apresentado a proposta do projeto PROEJA/Transarte, financiado pela CAPES/SETEC na SEE/DF.

Em 27/09/07, realizou-se a reunião de apresentação sobre o Projeto de Pesquisa-ação da CAPES/PROEJA, denominado PROEJA/Transarte no CEM 03 com a equipe de professores e mestrados da Faculdade de Educação da UnB, e representantes da ETC, para os professores, gestores, Orientador Educacional e alunos nos turnos vespertino e noturno.

⁵ ANGELIM, Maria L.P. Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília-UnB, com o título Brasil Educar é descobrir – Um estudo observacional exploratório. Brasília: Universidade de Brasília (dissertação de mestrado), 1988. 2v.

⁶ COUTINHO, Laura Maria. direção do vídeo - Educar é descobrir com a direção.

Em 25/10/07, realizou-se reunião sobre o PROEJA/Transiarte-Pesquisa-ação com a equipe de professores e mestrandos da Faculdade de Educação da UnB, e os professores, gestores, Orientador Educacional e alunos nos turnos vespertino e noturno do CEM 03, dando procedimento para implementar e verificar quais os professores que participariam do projeto naquele primeiro momento. Ao final da reunião, os professores do CEM 03, ficaram de discutir e apresentar os nomes para participarem do projeto.

Em 13/11/07, realizou-se a reunião do PROEJA/Transiarte-Pesquisa-Ação com a equipe da FE/UnB no CEM 03 que contou com os três professores que decidiram participar do projeto.

Em 20 e 27/11/07, realizaram-se no CEM 03 com a equipe da FE/UnB as Oficinas com o grupo de professores/as e educandos/as sobre o PROEJA/Transiarte.

Fruto de toda essa construção coletiva, o *Jornal Ceilandense* em sua edição de nº 50 de novembro de 2007, produziu matéria intitulada: “O CEM 03 de Ceilândia será o primeiro a receber o PROEJA”, reportagem em anexo n. (Reportagem em anexo nº 6).

Em 16/12/07 aconteceu a eleição para direção do CEM 03, em conformidade ao processo da Gestão Compartilhada (Lei 4.036/07) o modelo de gerenciamento das escolas da rede pública do Distrito Federal implantado a partir de 2007. Uma das chapas em seu “Plano de Gestão Escolar para o CEM 03”, apresentado em audiência pública no dia 11/12/07 tinha como uma das “Estratégias de Trabalho”, o item: “Promover a capacitação profissional na EJA através do projeto PROEJA/Transiarte, em parceria com a FE/UnB e a ETEC. Sendo assim, o PROEJA/Transiarte contribuiu para a vitória da chapa vencedora. O OE esteve presente em todas as etapas da eleição, inclusive no dia eleição como fiscal junto com representante de Conselho Escolar.

Em 2008 foram contratados por meio de concurso público novos OEs, pela SEE/DF, passando a atuar na EJA 09 OEs, em Ceilândia. Naquele ano os OEs, da EJA de Ceilândia tiveram uma conquista muito importante e histórica. Foi lotado no Núcleo de Monitoramento Pedagógico - NMP uma Orientadora Educacional para ser Coordenadora Intermediária exclusiva para o noturno. Com a chegada desta profissional, uma nova dinâmica entre estes profissionais passou a existir como a Coordenação Pedagógica entre os OEs da EJA, havendo troca de experiências e estudo sobre os assuntos relevantes para o trabalho desenvolvido por esses profissionais em suas escolas.

Nos dias 06 e 07/03/08, em Goiânia/GO, o OE participou com os/as professores/as da FE/UnB, ETC, SECT, SEDF e CEM 03, do I Seminário de Pesquisa intitulado: Desafios da integração entre educação de jovens e adultos e educação profissional, buscando uma troca de experiências do Proeja em Goiás, desenvolvido pelo CEFET-GO e pela FE-UFG e tinha por objetivo, refletir e apontar diretrizes para a integração entre educação de jovens e

adultos e educação profissional. Ao retornar a escola foram repassadas todas as informações colhidas no seminário para os demais professores, coordenadores, conselho escolar, alunos e gestores do CEM 03, objetivando avançar na proposta de elaborar um currículo propedêutico/geral com a possibilidade da profissionalização, caminhando para a construção de um PER-CURSO formativo entre CEM 03 e a ETC.

Em maio/08, na VII Feira Cultural da EJA do CEM 03, foi apresentado para todos os segmentos da escola e comunidade a produção realizada nas oficinas do PROEJA/Transiarte, o vídeo denominado "a tribo do ED", sendo todos os trabalhos realizados depositados no site <http://www.proejatransiartetube.cefetgo.br>. A partir dos resultados obtidos, mais alunos e professores ficaram interessados em participar do projeto. Durante o restante do ano de 2008, aumentou a procura e participação de outros alunos e professores.

Em 05/07/08, realizou-se o XVII Encontro de Educação de Jovens e Adultos do DF, em que o OE do CEM 03, foi eleito delegado para participar do X Encontro Nacional da Educação de Jovens e Adultos-ENEJA, no Rio de Janeiro/RJ.

De 27 a 30/08/08, o OE do CEM 03 participou como um dos delegados representando o GTPA-Fórum EJA/DF no X ENEJA realizado em Rio das Ostras, Região da Baixada Litorânea no Rio de Janeiro e teve como tema: História e memória dos Encontros Nacionais dos Fóruns de EJA no Brasil: dez anos de luta pelo direito à educação de qualidade social para todos. Em meio à vasta programação, o OE participou da Roda de Prosa em que um dos temas era: EJA e educação profissional e da discussão da Mesa temática 3: Economia solidária, educação profissional e interfaces com a EJA; com o objetivo de trocar experiências sobre o PROEJA e, verificou que não havia nenhuma proposta desenvolvida como a do CEM 03. Ao retornar à escola, foram repassadas todas as informações aos professores, coordenadores, conselho escolar, alunos e gestores do CEM 03, de que o nosso projeto era uma proposta diferente das apresentadas no X ENEJA e com isso, aumentava e muito responsabilidade de todos envolvidos.

O grande diferencial dentro do PROEJA/Transiarte era que a nossa intenção buscava a construção de uma proposta de currículo integrado, onde a disciplina não é o mais importante e ao mesmo tempo é, por trabalhar com conteúdos significativos na vida e formação destes sujeitos da EJA. Desta forma estamos vislumbrando uma proposta de um novo paradigma para a EJA e, diga-se de passagem, uma experiência única no país. Esta experiência diferencia do PROEJA/FIC, onde ao invés do aluno fazer a formação profissionalizante em outro turno, esta formação se dará no mesmo turno, respeitando assim, o currículo propedêutico/geral com o profissionalizante, indo na contramão da exclusão deste jovem adulto trabalhador, em parceria com a Escola Técnica de Ceilândia.

Neste sentido, há necessidade de ressignificar, não só o conteúdo (economia solidária, cultura, cooperativismo) como a própria atuação dos profissionais de educação na formação dos educandos de EJA. Ratificando o que sempre é dito sobre EJA Trabalhadores, um tema complexo, mas necessário para superação de problemas nesta área.

Para muitos educandos trabalhadores estudar é superar grandes desafios todos os dias. Não seria pedir demais o suporte mínimo necessário para que, em poucos anos de estudos, estes jovens adultos trabalhadores venham transformar suas vidas, bastaria que fossem efetivadas políticas públicas no sentido de possibilitar os meios básicos que é a educação.

Passa a ser prioridade a mudança de paradigma ao atendimento quando se refere à EJA Trabalhadores, pois, este público diferenciado tem o direito ao estudo, mas, somente poderão exercer este direito plenamente quando houver os meios básicos que os possibilitem superar os problemas que enfrentam no dia a dia.

No decorrer do segundo semestre de 2008, as oficinas do PROEJA/Transarte continuaram acontecendo até o final do semestre letivo, sempre com participação de alunos, professores, gestores e do Orientador Educacional. Naquela ocasião no CEM 03, tinha um grupo de profissionais que acreditavam e contribuíam para o projeto visto que o sucesso era muito grande dentro do ambiente escolar, e com isso, tínhamos que continuar avançando.

No início de 2009, diante da iniciativa do PROEJA/Transarte em 2007, foi criado o curso CIBERARTE⁷ I. O OE contribuiu nas discussões para construção do curso e em seguida divulgando em todas as salas de aulas e fazendo as inscrições dos alunos/as interessados na sala do Serviço de Orientação Educacional-SOE, independente da faixa-etária.

A partir 16/03/09, houve intervenção no CEM 03. Devido à situação em que se encontrava a escola naquele momento, o OE, assumiu uma responsabilidade de dar continuidade aos projetos que estavam em percurso em parceria com os professores envolvidos, assumindo então a “coordenação do PROEJA/Transarte”.

Em 19/03/09, diante da turbulência que passava a escola iniciou o curso CIBERARTE I, na ETC com alunos com 22 alunos do CEM 03 com idade de 15 a 58 anos, como é o caso da Dona Aurora, que disse: “Pra mim, computador era um bicho papão, tinha medo de chegar perto, estou amando o curso e quero continuar estudando. Já sei desenhar, navegar na internet.” Em decorrência desse desdobramento projeto no dia do início do curso Agência de reportagem da UnB fez uma matéria com o seguinte título: “A UnB ajudará 700

⁷ A ciberarte é “uma das várias denominações para a arte possibilitada pela inserção das tecnologias computarizadas no meio artístico, logo abrindo o uso da linguagem numérica e de suas qualidades para alimentar a criação e as novas relações de fruição por parte do público... gerando ambientes interativos que usam a expressividade do ciberespaço (Domingues, p. 59)”.

mil pessoas a voltar para a escola.” Disponível em: <http://www.unb.br/noticias/.../unbagencia.php?id=1634>. Acesso em 02/06/2010

É importante ressaltar, que todos os alunos participantes no curso não desistiram de estudar e, que apenas 25% dos matriculados não concluíram o CIBERARTE I. Tal sucesso se deu pelo fato do educando da EJA ter outro instrumento para contribuir na sua formação preparando-o para o mundo do trabalho, com a participação dos professores envolvidos, e também, pela contribuição do OE, em acompanhar a turma na ETC, mantendo contato com a família, desde a seleção do educando, até alguma eventual ausência, ou seja, dialogando em todo o percurso, resultando assim, em não exclusão desse sujeito da EJA.

Em 30/04/09, o OE, participou da reunião sobre o “Acordo de Cooperação” do PROEJA/Transarte na ETC, com a participação UnB/FE, IFB/Planaltina, CEM 03-SEE/DF e ETC/SECT buscando a integração entre CEM e ETC com a possibilidade de uma matrícula única.

De 07 a 08/05/09, o OE juntamente com a equipe de professores da UnB/FE, CEM 03, ETC, participou III Seminário Interinstitucional de Pesquisa, promovido pelo projeto 19 – O PROEJA – indicando a reconfiguração do campo da Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional – desafios e possibilidades, em Goiânia, com objetivo de apresentação dos resultados parciais da pesquisa e troca de experiências.

De 17 a 20/09/09, OE participou como um dos delegados representando o GTPA-FORUM EJA/DF no XI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos - ENEJA em Belém no Pará e teve como tema: "Identidades dos Fóruns de EJA: conquistas, desafios e estratégias de lutas". No documento subsidiador da delegação do DF para o ENEJA, havia no item: 1.3 A atuação do GTPA-Fórum EJA/DF na construção de políticas públicas, citação sobre o PROEJA no CEM 03 e as suas parcerias no site, http://forumeja.org.br/df/files/DOCdf_%20X_I%20ENEJ.pdf. Diante da vasta programação o OE, participou como mediador junto com a professora Katiane Rocha do Tocantins do Grupo de Trabalho - Roda de Conversas – 7 EJA e o mundo do trabalho: a relação entre o currículo e a evasão escolar na EJA - que teve como mediador o professor Renato Hilário Reis da UnB/DF, onde o OE colocou em uma de suas falas: “a necessidade de uma relação escola x centros de formação profissional, integrando currículo que atenda as necessidades do educando da EJA,” assim fazendo uma relação com o PROEJA/Transarte. Foi no XI ENEJA que surgiu o convite por parte da Julieta Borges, representante da SETEC/MEC, para apresentarmos a nossa experiência na reunião Nacional dos Coordenadores do PROEJA em Brasília.

Em 03/10/09, na referida reunião Nacional dos Coordenadores do PROEJA, em Brasília, foi apresentado o trabalho: Encontro de Gerações do projeto PROEJA/Transarte

com a participação dialogada com o Sr. Altino da Cruz com 68 anos de idade, aluno-autor do segundo segmento, respectivo professor de História e OE do CEM 03, professor e mestranda da FE/UnB e do CEM 03, uma mestranda da FE/UnB. Após a nossa apresentação surgiu convite para escrevermos um artigo sobre o PROEJA/Transarte.

De 23 a 27/11/09, o OE participou do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, em Brasília, e no dia 24/11 foi assinado o Protocolo de Cooperação do Proeja - Transarte no DF, com a presença dos representantes institucionais da SEE/DF, SECT/DF, IF/Planaltina e UnB, contando com a presença do Secretário da SETEC/MEC. Em 26/11, o OE fez parte da apresentação do trabalho: Proeja – um visão federativa a partir do Centro-Oeste brasileiro. (Folder em anexo nº 7).

No ano de 2010, em Ceilândia de acordo com informação repassada pela Coordenadora da EJA da DRE/Ceilândia, após a contratação de novos OEs, houve um crescimento desses profissionais atuando em escolas da EJA conforme gráfico a seguir:

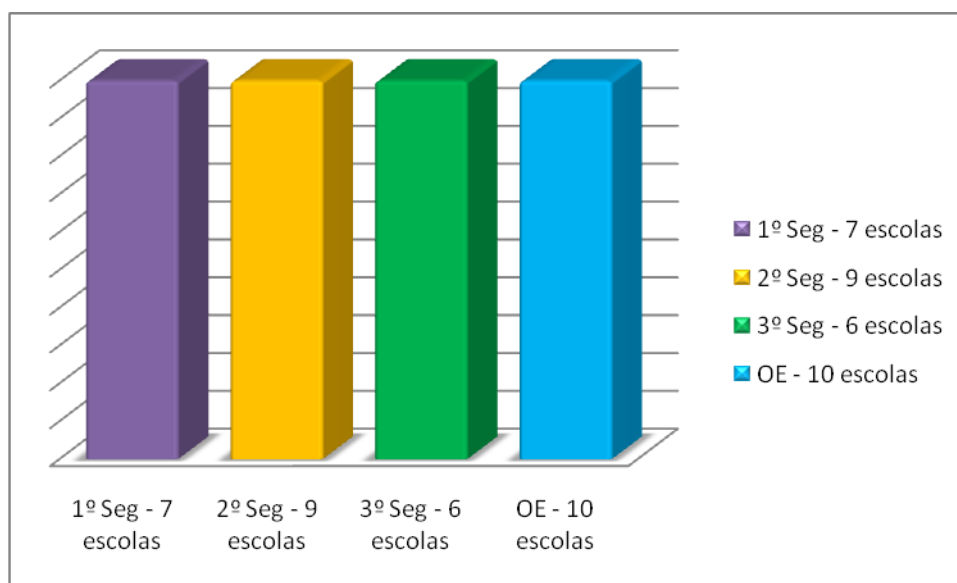


Gráfico 8:Escolas de EJA/Ceilândia com Orientadores Educacionais
Fonte: Coordenação da EJA do Núcleo de Monitoramento Pedagógico/DREC. Julho de 2010

De 02 a 03/02/10, em Goiânia na Universidade Federal de Goiás, o OE participou do Seminário de Pesquisa: Pensando a EJA no Centro-Oeste, o PROEJA/CAPES/SETEC com a equipe de professores da UnB/FE, IFB/Planaltina, CEM 03, SEE/DF, ETC/SECT e mestrandos da FE/UnB, com o objetivo de trocar experiências com os Institutos Federais e Secretarias de Educação de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, representante da SETEC/MEC, representantes dos fóruns estaduais e distrital de eja, fórum da economia solidária, no sentido de avançar nas ações do PROEJA.

O Orientador Educacional no PROEJA/Transarte, tem um importante papel no sentido de trabalhar a potencialidade que cada educando tem em si e que às vezes ele mesmo desconhece. Uma vez o educando inserido neste Programa, seu foco de aprendizagem fica mais centrado na proposta educacional pela instituição que está inserido, causando portanto, um comprometimento com o coletivo.

Essa nova forma de educação emancipadora baseada em Paulo Freire faz um contraponto à educação bancária, onde coloca o educando como objeto de depósito do conhecimento já produzido.

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em vasilhas, em recipientes a serem enchidos pelo educador. Quanto mais vá enchendo os recipientes com seus depósitos, tanto melhor educador será. Quanto mais deixem docilmente encher, tanto melhores educandos serão.

Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. (FREIRE, 1987, p.58).

O Orientador Educacional, segundo esta linha de pensamento freireano, tem muito a contribuir, principalmente no sentido de fazer com e não para, construir coletivamente o conhecimento, onde todos “*são parte*” e não “*à parte*” do processo educativo.

O papel da Orientação será ajudar o aluno na formação de uma cidadania crítica, e a escola, na organização e realização de seu projeto pedagógico. Isso significa ajudar nosso aluno “por inteiro”; com utopias, desejos e paixões. A escola, com toda teia de relações, constitui o eixo dessa área da Orientação, isto é, a Orientação trabalha na escola em favor da cidadania, não criando com serviço de orientação para atender aos excluídos (do conhecimento, do comportamento, dos procedimentos etc.), mas para entendê-los, através das relações que ocorrem (poder/saber, fazer/saber) na instituição Escola. (GRINSPUN, M. P. S. Z. p. 33, 2006).

Existem alunos da EJA que às vezes não têm a exata dimensão de seu potencial, necessitando receber informações que os conduzam a superar a visão restrita de que voltar aos estudos significa somente “completar os estudos”, precisam tomar para si a noção de que podem ser agentes transformadores de seu tempo e de sua história, e ter uma melhor formação preparando-o para o mundo do trabalho.

5. OBJETIVOS

5.1. OBJETIVO GERAL:

Evidenciar o quanto os Orientadores Educacionais no PROEJA podem contribuir na construção do currículo integrado possibilitando aos educandos de EJA a sua inserção no mundo do trabalho.

5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar as verdadeiras razões que conduzem o educando a uma sucessão de entradas e saídas da escola sem garantir a conclusão da educação básica.
- Apoiar a caminhada do educando dentro da escola através do Serviço de Orientação Educacional para promover a sua inserção no mundo do trabalho.
- Desenvolver com os OEs uma abordagem específica sobre o PROEJA na formação do educando de EJA.

6. ATIVIDADES

- Realizar um estudo do perfil dos estudantes de EJA com os seguintes procedimentos: a) definir de estudantes que serão alvo do estudo; b) elaborar e aplicar um questionário que vai além da Solicitação de Matrícula Escolar – SOME, pois esta é muito restrita em relação às informações específicas de cada educando/a para contribuir nas ações a serem desenvolvidas neste PIL, tomando como referência o formulário já aplicado elaborado pelo projeto PROEJA/Transiarte; c) tratar e analisar os resultados obtidos de cada aluno para compreender este indivíduo na sua totalidade.
- Promover encontros de sensibilização da importância do projeto para os educandos/as, professores/as e comunidade em geral através de dinâmicas de grupo.
- Orientar vocacional e profissionalmente os educando/as jovens e adultos, preparando-os para o mundo do trabalho com vistas ao trabalho autônomo ou a gestão coletiva do trabalho pela economia solidária,.
- Construir um espaço educacional que crie uma atmosfera de ação coletiva, onde o SOE seja um dos elos na rede de relações entre educandos/as, professores/as e comunidade em geral.
- Fortalecer a representação dos estudantes de eja no conselho escolar.
- Contribuir para o fortalecimento do grêmio estudantil focando os interesses dos estudantes de EJA.
- Estimular a necessidade dos representantes de turma de EJA.
- Estimular a formação sindical dos educandos de EJA.
- Implementar a função do professor conselheiro na EJA.

- Continuar participando da discussão sobre o currículo integrado entre os professores do CEM 03 e ETC, buscando a profissionalização dos educando/as para o mundo do trabalho.
- Conquistar o espaço das coordenações coletivas dos OEs para ampliar e multiplicar as ações desenvolvidas por estes profissionais nas escolas de EJA com foco no mundo do trabalho.
- Estimular a participação dos OEs em projetos de pesquisa a exemplo do PROEJA/Transarte.
- Estimular a participação dos OEs nos movimentos sociais, particularmente do GTPA-Fórum EJA/DF e do movimento nacional dos fóruns de EJA do Brasil com o propósito de formulação de Políticas Públicas de Estado para EJA.
- Estimular a participação de OEs no programa de educação continuada em curso de pós-graduação e eventos acadêmicos (seminários, congressos, simpósios)
- Estimular os OEs a se apropriarem do espaço de cibercultura.

7. CRONOGRAMA

Serão realizados encontros semanais, a partir da discussão e construção coletiva.

8. PARCEIROS

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF

Conselho Distrital de Educação/DF

Núcleo de Apoio Pedagógico e Orientação Educacional – NAPOE

Segmento dos Orientadores Educacionais de Ceilândia

Comunidade Escolar do CEM 03: Conselho Escolar, Gestores, Professores, Grêmio Estudantil, Familiares e Responsáveis

Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECT/DF

Sindicato dos Professores do DF – SINPRO/DF

Ministério de Educação – MEC/Secretaria de Educação Profissional de Tecnologia – SETEC

Instituto Federal de Brasília – IFB

Universidade de Brasília – UnB / Faculdade de Educação – FE/UnB

Universidade Federal de Goiás – UFGO

Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos – GTPA /Fórum EJA/DF

Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia – CEPAFRE

9. ORÇAMENTO

- Recursos para transportes e eventos a serem realizados;
- Lápis, borrachas, canetas, cartolina, papel A4 filmadoras, projetor-multimídia, CD, DVD, televisões, computadores, impressoras, scanners, microfones, caixas amplificadas e aparelho de som,

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A avaliação do PIL ocorrerá a partir do segundo semestre de 2010 de forma contínua, no espaço das coordenações pedagógicas coletivas e também com os sujeitos envolvidos na ação/execução do projeto.

Com os alunos poderá ser levada uma avaliação previamente escrita, e antes de ocorrer o preenchimento da mesma haverá uma discussão sobre a atividade proposta com o objetivo de identificar quais os pontos poderão ser retirados ou acrescentados para obter uma maior gama de informações para o melhor encaminhamento do PIL.

É importante destacar também a participação de todos os parceiros envolvidos nesta proposta continua de ação/reflexão/avaliação no sentido de corrigir ou valorizar cada momento proposto desde o início do percurso/caminhada, uma vez que o resultado que buscamos com a proposta será contínuo.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELIM, Maria L.P. Educar é descobrir – Um estudo observacional exploratório. Brasília: Universidade de Brasília (dissertação de mestrado), 1988. 2v.

BARBIER, René. A pesquisa-ação: Tradução de Lucie Didio. Brasília: Livro Editora, 2004.

CASTIONI, Remi, REIS, Renato Hilário dos, TELES, Lúcio França. Construindo o PROEJA no DF – aproximando escolas e construindo referenciais para a política pública. Publicado In: **Anais do 9º Encontro de Pesquisa em Educação da ANPED - Centro Oeste**. Brasília: ANPED - Centro Oeste, 2008.

Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br>. Acesso em 08/04/2010.

Decreto-Lei nº 72.846. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em 30/05/2010.

DOMINGUES, Diana. Ciberespaços e Rituais: Tecnologia, antropologia e criatividade. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre: Ano 10, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRISPUN, Mírian P. S. Zippin, A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo: Cortez, 2006.

GTPA - FÓRUM EJA/DF. **Relatório-síntese do XVI Encontro de Educação de Jovens e Adultos do DF**. 01/09/2007.

GTPA - FÓRUM EJA/DF. **Relatório-síntese do XVII Encontro de Educação de Jovens e Adultos do DF**. 05/07/2008.

GTPA - FÓRUM EJA/DF. **Relatório-síntese do GTPA – Fórum EJA/DF ao XI ENEJA**. 09/08/2009,

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 5.564/68. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 30/05/2010

_____, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB – Lei 9.394 de 1996. Brasília: Câmara dos Deputados, 1997.

Lei Nº 4.075 de 28 de dezembro de 2007 – Plano de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br>. Acesso em 30/05/2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade / SECAD-MEC. **Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA BRASIL**: “Educação e Aprendizagens de Jovens e Adultos ao Longo da Vida”. Brasília, 2008. p. 37.. Disponível em <http://forumeja.org.br/files/docbrasil.pdf> Acesso em 14/06/2010

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica / SETEC-MEC. **Documento Base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA**: “Formação inicial e continuada/ensino fundamental”. Brasília, 2009. p 72.

PORTAL DOS FÓRUMS DE EJA DO BRASIL/DF. **Projeto Político Pedagógico – PPP do CEM 03 de Ceilândia/DF, 2008 e 2010**. Brasília 2010. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/?q=node/1832> e <http://forumeja.org.br/df/?q=node/1833> Acesso em 01/06/2010.

Secretaria de Estado de Educação, Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 5ª ED – Brasília, 2009

ANEXOS

